RECURSO ADMINISTRATIVO

CONSTRUTORA E INC. EXATA LTDA, já qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, vem, com a devida reciprocidade de respeito, à presença de Vossa Excelência interpor RECURSO ADMINISTRATIVO contra a DECISÃO desta Douta Comissão que CLASSIFICOU a licitante **J. MENESES CONSTRUÇÕES LTDA.**, com supedâneo no art. 109, inciso I, *alínea “b”* da Lei Federal nº 8.666/93, de acordo com os relevantes fundamentos fático-jurídicos a seguir.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Registra-se ciência do julgamento da fase de habilitação através de publicação no Diário Oficial da União – DOU do dia 20 de outubro do corrente ano, assim, excluindo-se o dia do termo inicial e incluindo-se o dia do vencimento, conforme art. 110 do instrumento legal supra, qualifica-se tal recurso como tempestivo, vez que o prazo para recurso se encerra em 27/10/2022.

2. DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS

2.1. ITEM 10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

Consta do item 10 do Termo Convocatório os critérios de julgamento das propostas, restando como condição de desclassificação a utilização de quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

10.7. Também será desclassificada a proposta que:

10.7.2. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

.....

10.7.7. Apresentar, na composição de seus preços:

.....

10.7.7.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

Aduz-se do item 10.7.7.3 que a composição de custo unitário apresentado pela licitante deva ter higidez, guardando coerência quanto os coeficientes de consumo (para insumos do tipo material) ou coeficiente de produtividade (para insumos do tipo mão-de-obra e equipamentos), necessários à plena execução de uma unidade de determinado serviço.

Didaticamente, ao executar 1m² de alvenaria de bloco cerâmico 10x20x20cm, se consumirá (no mínimo) 25 unidades do referido bloco, podendo se consumir quantidades superiores, a depender de paginação e perdas de insumo por quebra, corte e etc.

Quando se trata de coeficientes de produtividade, admite-se uma amplitude maior, a depender de treinamentos de equipe, fator aprendizado, planejamento, que repercutem em maior eficiência de mão-de-obra, e por consequência, menores coeficientes.

Dito isso, ao se analisar a proposta da licitante Recorrida identifica-se utilização de diversos coeficientes de produtividade bem além dos registrados nos sistemas referenciais, tomando por exemplo os serviços abaixo elencados:

- 5.7 – Preparo de substrato (redução de **41%** no coeficiente do servente);
- 8.2 – Chapisco (redução de **62%** no coeficiente do pedreiro);
- 8.3 – Emboço (redução de **40%** no coeficiente do pedreiro);
- 10.7 – Impermeabilização (redução de **51%** no coeficiente do impermeabilizador);
- 13.3.27 – Cabo (redução de **67%** no coeficiente do eletricitista);
- 21.6 – Aplicação manual de pintura (redução de **36%** no coeficiente do pintor);

Adentrando-se então nos coeficientes de produtividade de mão-de-obra, há de se primar pela consistência dos números, sendo aceitável, e até louvável, a busca por maiores eficiências, entretanto, há de ser estabelecer um limite quando se comparado às composições referenciais, partindo-se da premissa do critério inferido

pelo SINAPI quando das aferições dos ditos coeficientes, contemplando amostras de obras públicas e privadas, de vários Estados do país, de todo porte de obra e sobre diferentes regimes de contratação.

Segundo Manual Básico de indicadores de produtividade na construção civil publicado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, as produtividades de mão-de-obra, oriundas do SINAPI, incorporam a perda de eficiência média decorrente de imprevistos na execução dos serviços (RUP cumulativa).

Souza (2006) define a Razão Unitária de Produção – RUP como mensurador da produtividade, relacionando o esforço humano, avaliado em Homens x hora (Hh), como a quantidade de serviço realizado, ressaltando que, valores altos de RUP indicam baixa produtividade.

Atente-se para os diversos tipos de RUP conceituados por Souza (2006):

Em função do período a que se refere - o dia de trabalho, um período acumulado de estudo, um ciclo de produção ou um determinado período de referência - podem-se calcular diferentes indicadores de produtividade, respectivamente denominados: RUPd (RUP diária), RUPcum (RUP cumulativa), RUPCic (RUP cíclica) e RUPper (RUP periódica).

Define-se RUPpot como sendo um valor de produtividade diária representativo de um desempenho ao mesmo tempo factível e bom. Matematicamente, a RUPpot é calculada pela mediana dos valores de RUPd inferiores ao da RUPcum ao final.

A CBIC, no mesmo trabalho, apresenta a definição de “delta RUP” como “a diferença percentual entre a RUP cumulativa e a RUP potencial, representando o afastamento da eficiência acumulada em relação à potencialmente alcançável, sendo aceitável e até esperado que com um nível adequado de planejamento se minimizem os gargalos e as ineficiências, apresentando-se produtividades melhores que os valores adotados pelo SINAPI.

Nos estudos realizados pela CBIC e registrados em seu manual, adotou-se o percentual de 30% para o Delta RUP, tido como um valor médio percebido nos serviços de execução de estrutura de concreto armado, permitir crer que coeficientes

de produtividade menores que os do SINAPI da ordem de 30% podem ser considerados factíveis, dentro do conceito de exequibilidade.

Noutra esteira, uma das funções do orçamento referencial é a delimitação do escopo a ser contratado, que se faz imutável pelas licitantes, **sob pena de infringir o princípio da isonomia**. Em outras palavras, não tem cabimento que cada licitante altere os serviços ou quantidades estabelecidas no orçamento referencial ao seu bel prazer, pois assim procedendo-se, ao final, a comissão estar-se-ia comparando laranja com banana.

Consta com anexo ao Termo Convocatório, e dele fazendo parte, um documento intitulado de “especificações técnicas e critérios de medição” no qual estabelece para o serviço representado pelo “item 3.6 – DESPESAS COM PESSOAL” a utilização de 84 horas semanais de VIGIA NOTURNO, em turno diário de 12 horas, em 7 dias por semana.

Vê-se que para este item do orçamento especificamente, não se trata de coeficiente de produtividade, mas sim como quantidades de serviço propriamente dito, ou seja, a Administração estabeleceu em orçamento referencial uma dedicação de 4.320 horas de vigia, **revestindo-se de escopo inalterável por parte dos licitantes**.

Neste caso específico, não há que se falar em eficiência de produtividade, pois se gasta exatamente 1 hora de vigia para se vigiar uma obra por 1 hora, e modificar esse coeficiente especificamente, seria como alterar a quantidade de emboço ou alvenaria, o que não é permitido!!

Isso posto, verifica-se uma redução considerável na quantidade de horas do vigia que compõe a proposta da Recorrida, **alterando de 4.320 para 1663,45 horas**, o que repercutiu numa redução de mais de 65 mil reais da proposta em análise frente ao orçamento referencial.

3. DO PEDIDO

Em face do exposto, restaram demonstradas as inconsistências técnica e jurídica da proposta da licitante **J. MENESES CONSTRUÇÕES LTDA.,** devendo esta Douta Comissão rever seu ato e **DECLASSIFICÁ-LA** por alteração do escopo definição no projeto básico, bem como utilização de quantitativos de mão-de-obra insuficientes par compor determinadas unidades de insumo conforme previsto no Termo Convocatório.

Alternativamente, na remota hipótese deste Recurso não ser julgado **PROCEDENTE** em um primeiro momento, que seja remetido à autoridade superior por intermédio de V. Excelência, devidamente informado, para que naquela instância seja finalmente **JULGADO PROCEDENTE**.

N. Termos,
P. Deferimento.
Fortaleza/CE, 27 de outubro de 2022.

LICÍNIO CRASSO RAMOS CORRÊA
Diretor da Construtora e Inc. Exata Ltda.
CPF nº 121.244.513-91
CREA: 7354-D/CE

exata
construtora e incorporadora